

UMA UNIÃO DE FACTOS CONTEMPORÂNEA:
JORNALISMO E SITUAÇÕES DE RISCO*

João Figueira
jjfigueira@apo.pt
Instituto de Estudos Jornalísticos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

RESUMO

A escrita jornalística é por natureza conflitual. Gosta do confronto e, nesse sentido, dramatiza os acontecimentos, criando um clima de tensão como objectivo de tocar o leitor e o prender ao texto. O risco, por seu lado, tornou-se num conceito central do debate público. Como é que as sociedades democráticas contemporâneas devem lidar com tais situações? Um dos caminhos é o exercício da verdade, da abertura e da confiança entre todos os actores envolvidos no processo.

Palavras chave: Escrita jornalística, conflitual, risco, dramatizar acontecimentos.

ABSTRACT

Journalism and risk situations: a contemporary fact union. The journalistic way of writing is by itself quarrelsome. It has a good relationship with dramatic events, creating a tense and intense atmosphere. The risk becomes itself a central concept in the public debate. How can the democratic societies face and manage those realities? Some of the keys are the truth, open mind and confidence among all the actors involved.

Key words: Journalistic way of writing, quarrelsome, risk, dramatizing events.

RÉSUMÉ

Une union de faits contemporaine: journalisme et situations de risques. L'écriture journalistique est par nature conflictuelle. Elle aime la confrontation. Elle dramatise en ce sens les événements et crée une atmosphère de tension qui a pour but de toucher le lecteur et de le river au texte. Le risque, de son côté, est devenu un concept central du débat public. Comment les sociétés démocratiques contemporaines doivent-elles réagir face à de telles situations? Une des méthodes est l'exercice de la vérité, de l'ouverture et de la confiance entre tous les acteurs impliqués dans ce processus.

Mots clé: Écriture journalistique, conflictuelle, confrontation.

*Salvo pequenos acertos de pontuação, o texto aqui publicado é idêntico ao que o autor apresentou, em Novembro de 2006, no III Encontro Nacional de Riscos, em Mafra.

Introdução

A imagem e o termo risco são uma expressão de fácil acesso e de grande circulação no território jornalístico.

E, todavia, não deixa de ser interessante notar que todos os títulos mostrados – apesar de construídos em torno da ideia do risco – jamais se referem às consequências de um qualquer acontecimento concreto.

A alma que os anima é a incerteza e a imprevisibilidade. Talvez a iminência de algo de grave que está para acontecer, isto é, de consequências gravosas, e daí, haver um risco, palavra esta que muitas vezes se escreve no lugar de perigo. Uma e outra, no entanto, desfrutam de um nítido acolhimento no seio do idioma jornalístico. Mas quando às palavras se juntam os acontecimentos, o cenário, do ponto de vista dos interesses noticiosos, está próximo da perfeição.

A escrita jornalística, porque é dela que se trata quando abordamos as questões da informação – uma vez que os acontecimentos, trágicos ou divertidos, apenas existem e nos chegam enquanto narrativas – possui um elevado grau de conflitualidade. O “jornalês”, como se diz na gíria, é por natureza conflitual. Isto é, dá-se bem e cultiva o gosto pelo confronto, se possível dramatizando o cenário e criando um clima de tensão com o objetivo de tocar o leitor e o prender ao texto.

Vários teóricos e investigadores das ciências da comunicação, como José Villar, coincidem na ideia de que o jornalista tem o seu próprio idioma, cuja característica principal é a agressividade, para com ela chegar mais facilmente ao leitor e assim atrair a sua atenção³.

Por vezes, no entanto, como sucedeu em 2005, em Nova Orleães, os próprios órgãos de comunicação social são apanhados pelas catástrofes, sofrendo na pele os efeitos devastadores daquilo que, por norma, é o seu campo de observação e trabalho.

Pois bem, no caso do Katrina, tanto o *Sun Herald* como o *The Times Picayune*, com os respectivos edifícios afectados pelo furacão (29/8/05) continuaram a trabalhar, razão pela qual foram, mais tarde, distinguidos como o prémio Pulitzer de Jornalismo de Serviço Público – que é o mais prestigiado e apetecível prémio de jornalismo dos Estados Unidos – pelo papel de resistência e tenacidade que desempenharam.

A mesma catástrofe proporcionou um Pulitzer de fotojornalismo de actualidade ao jornal *Dallas Morning News*, pelas 20 imagens de dor e desespero de pessoas que tinham perdido tudo. Os dois casos

tipificam papéis diferentes face ao risco e à catástrofe. Os jornais de Nova Orleães, mantendo-se em actividade, deram um exemplo de resistência à adversidade, ao mesmo tempo que usaram os respectivos sites na *Internet* para ajudar a população a encontrar familiares desaparecidos ou para saberem as novidades sobre a recuperação dos locais devastados.

O jornal de Dallas, alheio ao jornalismo de proximidade dos outros dois diários, pelo menos neste caso, publicou um conjunto de fotos que mostravam a imagem de destruição da cidade e a dor das pessoas afectadas.

Em ambos os casos, no entanto, por força da mediatização do acontecimento, a catástrofe real, acontecida, assumiu as proporções de uma tragédia mediática, em consequência da cobertura de que foi alvo, o que demonstra que, muitas vezes, certos acontecimentos, pela força da sua narração, também tocam os que a eles assistem à distância.

Assim foi com o furacão de Nova Orleães, com o tsunami na Tailândia, com os terremotos no Japão, Turquia ou América Latina ou com a ponte de Entre-os-Rios em Portugal.

Numa sociedade democrática, quem define as situações de risco?

Através da televisão, meio dominante no actual universo mediático, as imagens e a informação chegam a todo o lado com uma dimensão de espectacularidade que nenhum outro meio de massas consegue. E essa dimensão de espectáculo é, mais do que nunca, levada a patamares notáveis, fruto dos meios técnicos e tecnológicos disponíveis. Se a estes aspectos juntamos a ideia da transmissão em directo, facilmente observaremos que a TV influencia a nossa visão e interpretação dos acontecimentos, mas, também, ela própria influencia e determina a evolução dos acontecimentos subsequentes à crise ou catástrofe que cobre, porque funciona como personagem da “estória”, do acontecimento de que ela se tomou parte central. Com a vantagem de o acontecido poder acontecer, por intermédio da TV, vezes sem conta.

Quando a televisão mostra um acontecimento como a derrocada das torres gémeas, por exemplo, assistimos aquilo a que podemos designar como a coincidência entre a narrativa e a acção. Isto é, o tempo do acontecimento, o tempo da informação e o tempo de leitura ou do espectador coincidem?

³ Villar, José R., *Redacción periodística para la generación digital*, Editorial Universitas, Madrid, 2000, pp.85-86.

² Vives, Lorenzo, *Manipulación de la información televisiva*, Edición Paidós, Barcelona, 1995, p. 150.

Mas quando, posteriormente, o tempo da emissão, embora ainda em directo, já não é o do acontecimento, mas o da sua repetição³ até ao infinito, o efeito do processo comunicativo, mais do que informar, visa emocionar, provocar emoções no receptor das mensagens.

De uma forma muito resumida e generalizante, o que às vezes acarreta alguns problemas, eis a lógica dominante na comunicação social dos nossos dias. Dito isto, pergunta-se: como é que os cidadãos e as instituições, em situações de risco, podem confiar em quem vive e deseja cenários de risco porque, como os números bem demonstram, são essas situações que, aproveitadas convenientemente, proporcionam lucros chorudos ao fim do mês?

Em primeiro lugar, a nosso ver, importa clarificar um ponto essencial: quem, numa sociedade democrática como aquela que habitamos, define que uma dada situação é de risco: especialistas, dirigentes políticos, empresários, sindicalistas, ou é um direito do cidadão comum? Mais: que meios têm os jornalistas para confirmar se as informações, avisos ou alertas dados por terceiros, mesmo que protagonizados por organizações ou pessoas credíveis, correspondem a situações de risco autênticas, verdadeiras, iminentes? E se tais dados forem contraditados aos jornalistas por outras fontes igualmente credíveis, deve o jornalista dar a informação e, com ela, correr o risco de alamar as pessoas, porque a informação ao anular-se a si própria apenas criou uma controvérsia nova, ou, pelo contrário, deve optar por não dizer ou escrever?

O risco, bem o sabemos, "tomou-se um conceito central no debate público e político", onde, como assinalam a este respeito Jenny Kitzinger e Jacquie Reilly num estudo publicado em 1997 no *European Journal of Communication* – e cuja versão em português está traduzida por "Ascensão e queda de notícias de risco" (Minerva Coimbra, 2000) –, recorrendo a autores como William Adams, Friedman, Anders Hansen e Peter Sandman, traçam o seguinte cenário de acção: "grupos de pressão procuram promover campanhas mediáticas por medidas de segurança; cientistas queixam-se dos exageros das notícias; empresas e governo recorrem a comunicadores de risco numa tentativa de manter ou captar a confiança pública; enquanto os jornalistas reconhecem a sua atracção pela controvérsia científica e pelas divergências sobre riscos"⁴.

É evidente que vivermos numa "sociedade de risco", para recorrer à expressão das autoras do *Glasgow Media Group*, obcecados com acidentes, desastres ecológicos ou erros tecnológicos, mas, ao mesmo tempo, trocámos a conquista do Santo Graal pela busca da eterna juventude e celebração do corpo, pelo prazer incessante, pela vida transformada em novela.

Ora, é no interior deste complexo emaranhado de sentimentos, comportamentos e opções, onde os interesses e estratégias dos diversos actores está longe de ser coincidente, que se situa o epicentro do problema. O qual, como se verá muito sucintamente, pode suscitar maiores dificuldades a jusante que a montante.

Isto, porque se numa dada situação de risco os actores envolvidos nas operações de controlo, salvamento e comunicação actuam normalmente sob uma direcção única, coerente e perseguindo objectivos comuns, o mesmo não se pode dizer das estratégias noticiosas dos meios de comunicação, os quais actuam de acordo com códigos próprios, autónomos e que, em última instância, remetem para o público e para as audiências a legitimidade quanto às escolhas e respectivas estratégias informativas.

Acresce a estes aspectos, já de si agravados por uma feroz concorrência, a entrada em cena das novas tecnologias, muitas vezes empregues por não jornalistas, mas cujo trabalho acaba por influenciar os meios de comunicação social tradicionais.

Paralelamente, começa a ganhar uma crescente importância o recurso aos chamados jornalistas-cidadãos, expressão a meu ver muito imprecisa, como impreciso e muito difuso é o trabalho que fazem e vendem. Seja como for, não esqueço que as primeiras imagens dos atentados no metro de Londres foram tiradas por teleróvel, assim como são de turistas em Phuket os fragmentos de filme que chegaram às principais cadeias de televisão.

Pintado o cenário, e não distante os interesses ou, melhor dizendo, as prioridades divergentes entre, por um lado, os jornalistas e as empresas para que trabalham, e, por outro, os responsáveis envolvidos na solução das situações de risco, penso que só há um caminho possível, independentemente dos desvios que cada um possa, depois, fazer no desempenho da respectiva função.

Esse caminho é o da abertura, confiança e verdade. Quanto menos informação os jornalistas tiverem, mais condições têm para especular. Sobretudo aqueles cujo trabalho é mais influente na opinião pública, porque entram em directo e contam, mostram e mantêm o acontecimento quente. O pior erro é passar uma informação que os jornalistas podem, por outros meios, confirmar que não é verdadeira.

Temos, portanto, à luz deste raciocínio, um primeiro papel, a meu ver absolutamente decisivo, que

³ THIES, Eduardo Cintra (2006, p. 52) define esta situação como o "directo anacrónico", porque "a sensação do directo mantém-se não só porque o pressuposto da emissão é o regresso em simultâneo a qualquer instante ao lugar do acontecimento, como porque continuam a coincidir o tempo de emissão e o tempo de leitura".

⁴ KITZINGER, Jenny, REILLY, Jacquie, (2000) - *Ascensão e queda de notícias de risco*, Minerva Coimbra, p. 11.

é o desempenhado pelas fontes qualificadas. Cumprida esta parte, a responsabilidade passa inteiramente para o lado dos jornalistas.

É aqui, lamentavelmente, que alguns problemas ou desvios aparecem, fruto da inexperiência, às vezes da ignorância, quase sempre resultado da concorrência entre empresas e directores de meios de comunicação social. Essa, como se sabe, é outra guerra, não raramente muito suja, e cuja primeira vítima, como se sabe, é a verdade.

Porque, no fundo, tudo tende a ser visto e tratado com inegável ligeireza dentro da lógica do entretenimento *around the clock*, esquecendo, como dizia o antigo jornalista da CBS, Dan Rather, que se "o espectáculo é importante para o funcionamento da nossa sociedade, o seu sistema de valores não é o mesmo da informação"⁵.

A catástrofe é um acontecimento de elevado potencial mediático

Há, ainda, outra característica que importa referir, porventura mais sensível e delicada do que as anteriormente apontadas, mas que a meu ver não pode ser escanteada. Refiro-me, concretamente, à ânsia e desejo de protagonismo de alguns jornalistas, muitas vezes visível em diversas ocasiões, ao ponto de quase sobrepor a sua presença, opinião e imagem ao acontecimento que estão a cobrir.

Ocorreu-me trazer este aspecto à colação, quando li no *Flyer* da organização do *III Encontro Nacional de Riscos* (Maфра, Portugal, 2006) a expressão "repórteres de catástrofe". Se a esta designação juntamos a de "repórter de guerra" com que alguns jornalistas portugueses gostam de se apresentar, não obstante passarem alguns anos sem ir à guerra, isso remete-nos para uma ideia algo nebulosa quanto ao modo como o exercício da profissão é interpretado.

As designações que apontam, neste contexto, para o conceito do especialista mais não são que uma forma inteligente do aumento do prestígio pessoal e, por arrastamento, quando é o caso, para a possibilidade de alargamento do seu mercado de trabalho. Como jornalista que fui ao longo de mais de 20 anos, quero dizer que percebo essa estratégia e o seu alcance, mas isso não me impede ter uma atitude crítica e de distanciamento face a essas mesmas designações e estratégias – ou deverei dizer *marketing*? – de afirmação. Caso contrário, porque não vemos outros profissionais da informação assumirem-se, orgulhosamente, como "repórteres de acidentes de viação" ou "repórteres de cheias e inundações"?

Não quero com isto negar a ideia da especialização. Aquilo que pretendo, dizer, reportando-me ao caso concreto de Portugal, que é a realidade que mais nos interessa porque é nela que habitamos e onde a cobertura das situações de crise mais nos toca, é sublinhar as diferenças de atitude que os diversos profissionais envolvidos num acontecimento desta natureza têm, necessária e compreensivelmente, de assumir.

Sabendo que onde houver uma situação de crise haverá, natural e desejavelmente, jornalistas por perto, dando corpo ao que poderemos designar como uma união de factos contemporânea, tal relação implica uma exigência profissional recíproca. E da parte a quem cabe fornecer as informações exige-se um conhecimento aprofundado da lógica e das regras do campo mediático.

A razão é simples. Uma catástrofe ou uma mais simples situação de crise representa acontecimentos de enorme potencialidade mediática. Acresce, ainda, que o facto da sua ocorrência não estar na agenda e corresponder a algo inesperado, que rompe com a actualidade prevista e planificada, pode levar a que um ou vários órgãos de comunicação social enviem para os locais da notícia profissionais pouco experientes, insuficientemente preparados e, em alguns casos, sedentos de uns minutos de glória.

Observemos, embora sumariamente, a realidade portuguesa neste domínio: desinvestimento nos recursos humanos, visível, de resto, na substituição dos jornalistas mais experientes por jovens, a maior parte dos quais aceitando vínculos precários ou situações de autêntica proletarização, ao mesmo tempo que o clima de competição e concorrência conduz e propicia práticas profissionais altamente disutíveis e reproáveis.

Dan Rather diz isto de uma forma mais crua: "o medo reina em todas as redacções. O medo de perder o emprego, o medo de ver a audiência baixar, o medo de ver as receitas publicitárias desaparecerem... O medo conduz-nos ao erro. Mas este medo é reforçado por um outro medo ainda mais forte. Nós, jornalistas, temos medo de ficar isolados. Temos medo de sermos os únicos a pretendemos ser virtuosos num mundo onde ninguém o é"⁶.

É dentro deste quadro, generalizadamente pintado a negro, que os técnicos envolvidos no planeamento e gestão de situações de crise têm de saber movimentar-se e dar respostas, sendo certo que "não há uma percepção inequívoca de quem está interessado em enfatizar o risco ou em o reduzir"⁷, como referem Jenny Kitzinger e Jackie Reilly no seu estudo sobre notícias de risco.

⁵ MESQUITA, Mário, (2003) - *O Quarto equívoco, o poder dos media na sociedade contemporânea*, Minerva Coimbra, p. 228.

⁶ MESQUITA, Mário, *idem*, p. 232

⁷ KITZINGER, Jenny; REILLY, Jackie, *op. cit.*, p. 42

O referido estudo, como se depreende deste pequeno trecho, introduz um outro olhar sobre a matéria, questionando-nos acerca do alcance e impacte do risco, consoante a sua apresentação tenha origem nos media ou nos especialistas. Por outras palavras, a apresentação e comunicação do risco está longe de ser algo absolutamente linear e pacífico. Já todos assistimos, de resto, a casos de clara desdramatização e tentativa de desmontagem de notícias sobre situações de risco, por parte dos mais diversos responsáveis de organismos oficiais.

A inversa, dir-se-á, também é verdadeira. Ou seja, que não faltam exemplos de nítido empolamento ou aproveitamento de casos sem que exista uma justificação plausível para a sua ampla noticiabilidade. A atenção desmesurada que há mais de um ano todos os órgãos de comunicação social portugueses deram sobre a gripe das aves, como se a pandemia estivesse a chegar às "linhas de Elvas", é um exemplo que certamente todos recordarão.

Quer isto dizer, portanto, que a abordagem desta matéria, além de sensível, é muitas vezes complexa, atendendo às múltiplas variáveis em presença. Seja como for, é através de encontros e debates pluridisciplinares que se podem dar passos seguros, no sentido de se encontrarem pontos entre os diversos actores. Porque independentemente da diversidade de funções e objectivos profissionais de cada um, é no aprofundamento do conhecimento do trabalho recíproco que pode começar a construir-se uma nova consciência profissional e cívica.

Não será fácil e, garantidamente, demorará o seu tempo. Porque essa nova consciência implica uma dimensão da responsabilidade, baseada numa confiança mútua. Porém, nesse dia todos os cidadãos confiarão mais nas notícias e também nas organizações. Mesmo quando estas lhes falarem, através dos media, de situações de crise ou de catástrofe. Porque, é bom ter presente, a sociedade da informação em que vivemos "assenta numa dependência das suas actividades face à nova tecnologia informacional e comunicacional, a qual por seu lado se baseia numa outra dimensão, igualmente fundadora das sociedades contemporâneas: a organização. A organização, que de resto pode ser também entendida e estudada como um fenómeno de informação e comunicação, marca hoje em dia todos e cada um de nós"⁸.

Bibliografia

ILHICO, Fernando (2003) - *Filosofia da Informação, uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

KITZINGER, Jenny, REILLY, Jacquie (2002) - *Ascensão e queda de notícias de risco*. Minerva Coimbra.

MESQUITA, Mário (2003) - *O quarto equívoco, o poder dos media na sociedade contemporânea*. Minerva Coimbra.

THIES, Eduardo Cintra (2006) - *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

VILAMR, José R. (2000) - *Redacción periodística para la generación digital*. Editorial Universitas, Madrid.

⁸ ILHICO, Fernando, (2003) - *Filosofia da Informação, uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003, p.93

A VIDA NO ARAME. A MEDIATIZAÇÃO DO RISCO

Maria João Silveirinha

Instituto de Estudos Jornalísticos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

RESUMO

As imagens que nos entram em casa todos os dias, tal como as nossas leituras da imprensa tendem a gerar um estranho sentido de risco permanente, como se a nossa vida estivesse continuamente no arame. Para compreender isto recorre-se, por um lado, aos contributos do sociólogo Ulrich Beck, em cujo trabalho os media ocupam um lugar relevante, e, por outro lado, a uma vasta literatura sobre o funcionamento dos media. Por fim, fazem-se algumas breves considerações sobre a forma como tem sido vistas situações de risco cobertas pelos média em Portugal.

Palavras chave: Risco, risco permanente, média.

ABSTRACT

The images entering every day in our houses and the lecture of the press as well are giving an idea of permanent risk, as if our life was always on the wire. In order to understand this we appeal, on one hand, to the contributions of the sociologist Ulrich Beck, which work has media in an important place, and, on the other hand, to the bibliography about the way of working of media. Finally, some considerations are produced about the way situations of risk are covered by media in Portugal.

Key words: Risk, permanent risk, media.

RÉSUMÉ

Les images entrant à la maison tous les jours, aussi bien que la lecture de la presse ont la tendance à créer un étrange sens de risque permanent, comme se notre vie était sur un fil en continu. Pour comprendre ça on fait appel aux contributions du sociologue Ulrich Beck, dont le travail met l'accent dans l'importance des media, et de la même façon à la bibliographie sur le fonctionnement des media. Enfin, on fait quelques considérations sur la façon comme les situations de risque sont envisagées par les media au Portugal.

Mots clé: Risque, risque permanent, média.

Introdução

Gostava de começar a minha intervenção com dois *dicta* das nossas sociedades que todos ouvimos constantemente e que raramente problematizamos: que vivemos numa "sociedade de risco" e numa "sociedade mediática". Ambas as expressões têm ocupado numerosos cientistas sociais e, longe de serem consensuais, são, na verdade, expressões que designam realidades muito complexas que hoje aqui podemos apenas abordar em traços gerais. Pensamos, no entanto, que é precisamente no cruzamento destas duas ideias que residem muitas das clarificações de que todos necessitamos para fazer sentido de mudanças epocais e de continuidades nas formas de estar, fazer, sentir e pensar que nos caracterizam historicamente como cidadãs e cidadãos, como consumidores e profissionais dos *media* como, enfim, sujeitos de uma determinada época.

As crescentes imagens que nos entram nas nossas salas de estar todas as noites, as nossas leituras da imprensa, da rádio e mesmo da Internet tendem a gerar um estranho sentido de "risco permanente", como se a nossa vida, como aliás, a dos jornalistas que relatam estes perigos, estivesse permanentemente "no arame".

Este risco permanente tende a privilegiar «todo o tipo de destruições evidentes, prováveis, necessárias, ou mesmo justificáveis» (ASCENCO, 2002:5). Curiosamente, esta sensação de risco permanente surge numa altura em que a maioria dos cidadãos esperaria que os seus governos os protegessem dos perigos que os nossos antepassados tomavam como fatais - os desastres naturais, as guerras, as mortes.

Mas o que é o risco? E o que quer o termo "risco" dizer? Na verdade, estas duas perguntas são diferentes ainda que, à primeira vista, possam parecer a mesma. A primeira - "o que é o risco" - coloca a questão em termos da existência ontológica de uma dada realidade que é quantificável a partir de métodos de análise científicos. Deborah Lupton chamou a esta perspectiva a visão "tecnocientífica" que trata os riscos como "fenómenos objectivos que são dados como adquiridos" (LUPTON, 1999:1-2). Já a segunda pergunta - o que quer o termo "risco" dizer? - assume o risco como uma questão epistemológica, isto é, como um conceito que é construído, nomeadamente pelo discurso. Podemos, neste caso, falar de uma perspectiva social construcionista que é a favorecida pelas ciências sociais e pelos estudos da comunicação, sendo também essa a que aqui nos ocupará (McDonald).

No que se segue procuraremos, então, deslindar um pouco alguns destes termos e clarificar as razões que, nas nossas sociedades altamente mediatizadas, nos levam à percepção do risco como "catástrofe permanente".

Compreender as sociedades de risco à luz do contributo de Ulrich Beck

De um ponto de vista das ciências sociais e humanas é incontornável, neste terço, pensar as nossas sociedades sem uma alusão a um dos sociólogos que mais fez pela divulgação da preocupação nas ciências sociais e humanas com o tema do risco: o alemão Ulrich Beck que nos tem oferecido, desde os anos 90, uma teoria social desenvolvida num estilo eminentemente especulativo e abstracto, interessante, ainda que polémica, forma de pensar a natureza, os problemas e a dinâmica das sociedades actuais¹.

Para nós, que estudamos comunicação, Beck é também especialmente importante porque, ao contrário de outros sociólogos que também têm falado sobre risco, como Anthony Giddens, ele atribui nos seus escritos uma certa importância aos *media*, ainda que por vezes desigual e contraditória, no processo a que a sociologia em geral tem chamado "modernização reflexiva" e "sociedade do risco".

No seu livro *The Risk Society* (A sociedade do risco) (1992), Beck defende que, na era que ele identifica como tardio-moderna, a qualidade do tipo de riscos com que nos deparamos é diferente das épocas anteriores. A sua teoria identifica uma mudança nas sociedades contemporâneas de uma preocupação com a lógica da distribuição da riqueza para uma lógica da distribuição do risco, tomando-se esta a característica orientadora do mundo moderno. Como tal, os riscos e perigos tecnológicos colocam um desafio que só pode ser ultrapassado por uma reorganização sub-política das políticas de ambiente e pela democratização do conhecimento tecnológico (BECK, 1992).

Beck apresenta uma visão pessimista desta sociedade: ela "traduz uma época em que o lado negro do progresso domina de forma crescente o debate social. O que ninguém vê e o que ninguém deseja - sentir-se em perigo e sentir a devastação da natureza - tomou-se a força motriz da história" (Beck, 1995: 2).

As considerações sobre como evitar os riscos e acidentes sistematicamente gerados nos processos de produção e de circulação de bens constituem-se como um novo paradigma. O risco será assim "o modo sistemático de lidar com acidentes e com a insegurança induzida e introduzida pela própria modernidade", num processo "politicamente reflexivo" (BECK, 1992: 21).

O tipo de riscos que temos nas sociedades de hoje difere dos do passado, na medida em que hoje eles são potencialmente ilimitados, seja geograficamente (na medida em que os perigos são globalizados, não se

¹ Alguns textos particularmente importantes na compreensão do contributo de Beck para os estudos da comunicação são: THILLOCK, 2001; GYME, 1998; ALLEN, 2002; WIMMER & QUENET, 2006.

limitando ao seu espaço de origem - "a sociedade de risco é mundial"), seja em termos de tempo, seja ainda no alcance dos seus danos que se podem perpetuar para as próximas gerações. O risco atinge todos, sem distinção de classe ("é democrático"), é invisível, imprevisível e incalculável ("as consequências desconhecidas e indesejadas tornam-se uma força dominante na história e na sociedade").

A tese de Beck é uma distopia de consequências não desejadas. As sociedades modernas focam cada vez menos o desenvolvimento técnico e económico e mais o problema de gerir os problemas que este desenvolvimento implica. Mas se a gestão do risco é um elemento rotineiro no mundo da vida, porque gera tanta ansiedade?

Os indivíduos e as instituições dependem fortemente dos peritos como guias para os riscos que corremos, para os perigos escondidos com que nos confrontamos e para conhecer o curso de acção mais seguro. Mas os peritos fornecem informação contraditória. E quanto mais o público conhece a ciência, mais passa a compreendê-la como falível, provisória, sempre sujeita a dúvida e a revisão: "a ciência torna-se indispensável e ao mesmo tempo vazia das suas pretensões de validade originais (Beck 1992: 165). A questão central para posicionar este argumento envolve compreender que os riscos podem ser entendidos como materiais, ou um "produto da acção", e imateriais, isto é como envolvendo a sua definição social (Beck, 1999: 23).

É a partir desta ideia que podemos começar a cruzar as ideias de "sociedade de risco" com as de "sociedade mediatizada".

Beck chamou à forma como os "riscos", isto é, incertezas potencialmente catastróficas "relações de definições" são socialmente construídas no discurso público. Como diz Simon Cottle, (1998: 8) de um ponto de vista da comunicação, a sua formulação é promissora, pois aponta não só para a necessidade de compreender as dinâmicas e os recursos institucionais e estruturais e as características discursivas, normativas e culturais que dão forma à contestação política que rodeia o conhecimento dos riscos, como coloca os *media* como um lugar fundamental de definição do que estes riscos são ou não.

As incertezas que são o que constitui um risco só podem tornar-se visíveis quando são socialmente definidas pelo conhecimento ou por fóruns de processamento do conhecimento como a ciência, o sistema legal e os *media*. O risco é assim entendido como:

"acima de tudo a radioactividade que evade completamente as capacidades perceptivas humanas, mas também as toxinas e poluentes no ar, na água e na alimentação, juntamente com os seus efeitos a curto e a longo prazo sobre as plantas, os animais e as

pessoas. Eles induzem de forma sistémica e frequente dano irreversível, que normalmente permanecem invisíveis, baseiam-se em interpretações causais, e portanto inicialmente só existem em termos do conhecimento (científico ou anti-científico) sobre eles. Podem assim ser mudados, aumentados, dramatizados ou minimizados dentro do conhecimento, e nessa medida são particularmente abertos a definição e construção social. Daí que os *media* e as profissões científicas e judiciais encarregadas de definir riscos se tomam posições sociais fundamentais e políticas" (Beck, 1992: 22-23).

O termo "sociedade do risco" recobre a prevalência com que certos acontecimentos e desenvolvimentos fogem ao controlo da nossa capacidade de lidar com eles (como se vê pela quantidade de riscos que as companhias de seguros não querem cobrir).

Mas neste momento na história, a sociedade de risco concretiza-se plenamente porque o risco já não é visto como o lado obscuro da oportunidade; pelo contrário, é visto como um aspecto aceitável das oportunidades de mercado.

Os riscos que preocupam Beck, pelo menos na fase inicial do seu trabalho, têm que ver com os "fabricados pelos peritos e pelas indústrias", pois resultam directamente da racionalidade tecnológica por indústrias que procuram o lucro (Beck, 1999: 4). No entanto, as oportunidades de mercado instauram processos de conflito: à medida que se desenvolve a sociedade de risco, os que ganham com o risco confrontam-se com os que como eles sofrem desproporcionalmente e, neste processo conflituoso, o conhecimento torna-se chave:

"à medida que a sociedade de risco se desenvolve, assim se desenvolve também o antagonismo entre os afectados pelos riscos e os que lucram deles. A importância social e económica do conhecimento cresce de forma similar e com ela o poder sobre os meios de estruturar o conhecimento (poder e alcance) e de o disseminar (*mass media*). A sociedade do risco neste sentido é também a ciência, os *media* e a sociedade de informação" (Beck, 1992: 46).

Beck mostra, assim, a importância dos *media* como um factor influente na sociedade de informação, na medida em que eles são o fórum onde se apresentam questões pertinentes e que permitem ao público geral conhecer o mundo. Diariamente, as notícias apresentam-nos diferentes tipos de riscos que são trazidos para as nossas salas de estar para um processo de avaliação pela nossa parte. Este processo de avaliação ajuda-nos a determinar que nível de risco ambiental é aceitável.

Beck reconhece a importância das percepções públicas do perigo: existe "o risco em si e a percepção pública dele. Não é claro se é o risco que intensificou

ou a nossa percepção dele. Ambos os lados convergem, se condicionam, se fortalecem e porque o risco é risco no conhecimento, a perspectiva dos riscos e os riscos não são coisas diferentes, mas a mesma coisa" (Beck, 1992: 55). O risco é, pois, real (isto é, dependente de uma realidade material) mas é também ao mesmo tempo construído pelo discurso. Ou seja, mais do que ocorrências naturais, as percepções do risco são construídas através de processos sociais que são necessariamente disputados. Dessa forma, as percepções do risco não devem ser vistas como "verdades" inquestionáveis, mas como categorias que resultam de processos de negociação e de imposição.

Cada sociedade foca de forma proeminente alguns riscos e desvaloriza outros, o que faz deles uma questão eminentemente política: "a crescente consciência dos riscos tem de ser reconstruída como uma luta entre pretensões de validade, algumas concorrentes, outras coincidentes" (Beck, 1992: 59).

O grande contributo de Beck para, a partir da comunicação, pensarmos as sociedades do risco é este: uma formulação sobre a natureza contemporânea dos riscos como altamente susceptíveis ou mesmo dependentes dos meios pelos quais estes riscos se tornam visíveis. Nas suas palavras:

"o que escapa à percepção sensorial só se torna socialmente disponível à experiência nas imagens e relatos dos media. As imagens de esqueletos de árvores, de peixes infestados de vermes, de focas mortas (cujas imagens vivas ficaram gravadas nos corações humanos) condensam e concretizam o que não se compreende de outra forma na vida quotidiana" (Beck, 1995: 100).

Dito de outra forma, a capacidade dos riscos se revelarem, de se tornarem socialmente visíveis, confirma a sua natureza e permite verificar o nosso conhecimento deles, o que tem também consequências políticas: "a consequência para a política é que as notícias de descobertas de toxinas nas lixeiras, se colocadas em títulos durante a noite, mudam a agenda política. A opinião pública convencida de que as florestas estão a morrer obriga a novas prioridades (Beck, 1992: 197-198).

Beck tem, no entanto, consciência de que estes mesmos media que ele vê como potenciais lugares de alternativas para leigos e cientistas "são também e mesmo sobretudo "criados" do mercado, da publicidade e do consumo (...) possivelmente produzindo ou exacerbando a desarticulação, o isolamento ou mesmo a estupidez (Beck, 1992: 193). As grandes empresas usam os media para estruturar o conhecimento (poder e pesquisa) e o disseminar, ainda que haja utilizações dos media que se opõem a isso, por exemplo por grupos de interesses especiais e de grupos de pressão.

No domínio dos riscos ambientais é visível a intervenção política do partido ecológico *Os Verdes*, no parlamento e governo alemães, no final dos anos 1990, e a capacidade de contra-intervenção pública por parte de movimentos e grupos organizados, com forte visibilidade nos media, como o *Greenpeace*, composto por "profissionais internacionais dos media", que sabem bem como marcar a agenda das notícias "através de acções de tal modo espectaculares que levam até si de forma mirabolante os grandes e poderosos (multinacionais, governos), para gáudio do público mundial" (Beck, 1999: 45-6).

Torna-se pois necessário compreender melhor o papel dos meios de comunicação, isto é, compreender a sociedade do risco no seu cruzamento com a sociedade mediatizada.

Os media, risco e comunicação de risco

Poderão os media constituir-se como simples reflexo de uma nova era de risco, ou como um fórum onde cientistas, políticos, empresários e vítimas dos riscos trocam argumentos e avançam pretensões de validade?

O optimismo com que genericamente Beck aborda os media foi criticado por aqueles que apontam para o facto de, embora vários estudos sugerirem que os media prestam atenção crescente à incerteza científica, eles podem ser instrumentais em aumentar as preocupações sobre ameaças particulares ou, por outro lado, oferecerem confiança excessiva em vez de risco.

Foi isso mesmo que aconteceu, por exemplo, com muita da primeira informação da doença das vacas loucas. A investigação neste tema mostrou que selecção dos riscos pelos media não reflectiu, numa fase inicial, nem a seriedade do risco, nem a incidência dos números dos afectados por ele (Kritzinger & Reilly, 1997).

Na verdade, os media não reflectem simplesmente uma "nova era" (como diria Beck) nem são indiscriminadamente atraídos pelo risco. Mas, ainda que o seu papel seja amplamente reconhecido na literatura sobre risco, existem poucas referências sistematizadas à investigação dos media e aos seus resultados. Pelo contrário, vemos aí frequentemente ideias simplificadas dos media, do seu funcionamento e dos seus efeitos. Mesmo Beck é criticado na medida em que "tenta muito pouco envolver-se com a literatura de investigação de comunicação, e além disso, parece muito pouco consciente da dificuldade de teorizar os efeitos de meios de comunicação de massa à luz das descobertas de estudos de audiência" (Wilkinson 2001:12).

No interior dos estudos de comunicação, pelo contrário, vários estudos se têm centrado nas diferenças das coberturas mediáticas. Smith (1992), por exemplo,

estudou o processo de produção das notícias em três grandes acontecimentos de desastre: os grandes fogos na área do Yellowstone National Park em 1988, o derrame de petróleo Exxon e o terremoto Loma Prieta. A sua pesquisa ilustra a forma como as culturas e as práticas de trabalho das organizações mediáticas - por exemplo o foco no conteúdo visual dramático e a necessidade de encontrar a culpa dos acontecimentos - moldam as coberturas, bem como a forma como as histórias podem perpetuar os mitos sobre desastres e suas causas.

A relação entre o reportar dos desastres e os pressupostos culturais mais vastos é outro tema comum nos estudos dos enquadramentos mediáticos. Paterson, (1989), por exemplo, concluiu que as televisões que relataram o desastre de Chernobyl reforçaram a guerra fria e as imagens de era Reagan da União Soviética tratando-a como inapta na sua capacidade técnica e indiferente às questões humanas.

Em termos mais gerais, a investigação dos *media*, bem como dos estudos social-culturais (por exemplo Tulloch/Lupton, 2003) mostra que o pressuposto de uma consciência de risco geral subestima a ambivalência das atitudes das audiências para com a informação que recebem. Subvaloriza igualmente o leque de visões parciais, ambíguas e contraditórias sobre os benefícios e o conhecimento dos indivíduos da ciência (WILKINSON, 2001), bem como as contradições, incoerência e dissonância que incluem as formas pelas quais estes grupos fazem activamente sentido da ameaça dos perigos ambientais (Irwin et al. 1999). A investigação subestima, ainda, os factores contextuais em que com frequência as notícias de desastres e acidentes decorrem: coberturas jornalísticas efectuadas em condições extremas (de intensidade e rapidez) e cujo principal desencadeador se refere habitualmente a poucos dados de um episódio disruptivo que pode potencialmente ter todas as faculdades para modificar destrutivamente o ambiente natural e/ou social onde se localizou e que, portanto, só se pode desenvolver quando se começam a prefigurar acordos na impressão de incertezas (ASCENCO, 2002).

Nos anos 90, deu-se uma mudança central na investigação dos *media* que tem grande importância para a questão da percepção do risco. A abordagem clássica, essencialmente quantitativa e centrada na objectividade, racionalidade e precisão de cobertura mediática (por exemplo, FREIDENBERG et al., 1996, WILSON, 2000) foi criticada. Por um lado foi abalado o pressuposto fundamental de que os *media* deveriam apoiar o público fazendo juízos adequados e dado informação objectiva a partir da ideia de que frequentemente esse conhecimento objectivo não está disponível (MIRROK et al. 2003; KRIZINGER, 1999). Por outro lado, o implícito e amplamente disseminado

pressuposto de que os *media* têm uma influência determinante na percepção do risco público (por exemplo RENN et al. 1992) foi examinado pela contribuição de que as pessoas tem um papel relativamente mais activo na sua interpretação e resposta às mensagens do risco.

Hoje, presta-se sobretudo atenção à lógica de produção de notícias, à influência de contextos sociais e ao enraizamento social e cultural dos indivíduos nas suas experiências biográficas, na vida quotidiana (MIRROK et al., 2003; TULLOCH, 2000: 197).

Ainda que a literatura sobre a influência dos meios de comunicação de massa sobre o público e sobre as suas percepções de risco mostre resultados diversos, também o leque de estudos em comunicação de risco e cobertura mediática tornam difícil estabelecer claros pressupostos. A extensão de resultados diferentes não pode ser explicada por um conjunto de lógicas gerais, mas pela clara influência da natureza substantiva do tópico particular estudado (KRIZINGER, 1999: 57) e por serem resultado de constelações de situação específicas. Os estudos que comparam cobertura mediática em momentos diferentes tendem a mostrar que o contexto social e político é cada vez mais essencial (KRIZINGER, 1999: 59).

Nas investigações que procuram examinar os riscos que chamam a atenção, tentando perceber porque recebem uma determinada a atenção noticiosa, é essencial compreender as lógicas e os funcionamento dos *media*. Ao tratar a questão do risco a partir dos meios de comunicação social, "em vez de considerarem o papel dos *media* como "espelho" das definições de risco expressas pelos especialistas, estes investigadores consideram que os *media* podem filtrar bastante bem essas definições e introduzir outros critérios e dimensões" (KRIZINGER, 1999: 61). Por isso, as questões relevantes não serão se os *media* "exageram" ou "desvalorizam" o risco, mas "que riscos atraem a atenção dos *media*, como, quando, porquê e em que condições" (KRIZINGER, 1999: 62, *italico no original*).

Assim, uma abordagem ao tema dos riscos nos *media* passa por compreender não tanto o número de riscos que aparecem de forma exagerada ou, pelo contrário, sub-valorizada, mas por compreender questões como a natureza e os tipos de risco mediatizados, os valores-notícia implicados, o *habitus* e as rotinas profissionais, nomeadamente relações dos jornalistas com as fontes de informação e nas suas considerações sobre as audiências (LUPTON, 1999; KRIZINGER e REILLY, 1997).

Todos estes factores são visíveis no conjunto de elementos que tende a ser comum na cobertura jornalística de um desastre ou de uma catástrofe (CHB e PRIMO, 2003). Esses elementos e factores comuns nas notícias são os seguintes:

- *Danos*; o ângulo mais imediato nestas notícias são os números: quantas pessoas morreram, foram feridas ou afectadas? Qual a extensão da propriedade destruída? As estatísticas, porque numéricas e portanto "objectivas", tendem a ser bastante valorizadas.

Mas, mais do que riscos cumulativos, os *media* tendem a focar riscos que produzam muitas mortes ou afectem muitas pessoas ao mesmo tempo.

Por vezes, os danos são tidos não como numéricos mas pela sua excepcionalidade ou pela sua proximidade: os riscos fora do comum são mais atraentes para os *media* do que os riscos correntes. Da mesma forma, as considerações dos jornalistas sobre o entendimento da relevância de uma crise serão também influenciadas pelo grau de proximidade cultural, política ou geográfica da área a si mesmos e às suas audiências. Assim, um acontecimento geograficamente próximo apresenta uma maior possibilidade de tratamento do que outro ocorrido fora do "centro noticioso"

- *Vítimas*: os *media* investem muitos recursos no aspecto das vítimas da tragédia. Os jornalistas procuram o "rosto humano" da ciência e do risco, procurando testemunhos pessoais sobre um certo risco podem fazer com que este entre nas notícias apesar da sua negação pelas autoridades. São, assim, ouvidos os que experienciam a catástrofe ou o desastre em primeira mão, contando as suas histórias, com uma ênfase especial na excepcionalidade, isto é, na forma como certas pessoas sobreviveram contra todas as expectativas - estas são os heróis, ainda que para alguns este rótulo possa ser desconfortável; em caso de mortes, são as famílias e os amigos que são procurados. Horlick-Jones (2004: 112) sugere, a este propósito, que as notícias de problemas como a BSE tendem a dar à audiência "um sentido de familiaridade com aqueles que sofreram com a tragédia, mas frequentemente sem lhes dar um sentido claro da escala do risco para a comunidade mais vasta".

A ausência de "vítimas" reais pode reduzir a noticiabilidade da história, pois vítimas *futuras* não chegam para garantir a atenção dos *media*. Há um ciclo de tempos muito curtos de foco sobre a forma como as pessoas lidaram com a situação que fornece a espinha dorsal das histórias. Este é, pois, o factor de interesse humano (o factor "poderia ter sido eu").

- *Causas e soluções*: a cobertura inevitavelmente volta-se para o *quem* ou o *que* causou o desastre. O que o jornalista reconhece como o valor noticioso é muito determinante na sua cobertura. Os *media* precisam de focar a responsabilidade e o conflito e a culpa são valores predominantes. Havendo um forte conflito entre defensores de posições opostas ou se se desenharem interesses políticos mantidos em segredo,

a controvérsia, mais do que a incerteza científica, atrai os jornalistas; a capacidade de acusar alguém pode chamar a atenção dos *media* para uma história de risco, mas isso depende de forma crucial de quem ou o quê é alvo da acusação. Por vezes chama-se a esta articulação com o foco da vítima o arco heróico-vilão. Para os *media* dificilmente existe um desastre natural: se não se pode culpar o tempo quente por um incêndio, procura-se um outro culpado que, na verdade, existe sempre, em alguma medida. Quanto mais misteriosa for a causa mais tempo os *media* prendem a sua atenção...

Também aqui, no factor causas e soluções, entra a questão das fontes (cientistas, grupos de pressão, organizações profissionais, políticos, etc.), cuja actividade é central no processo de produção noticiosa; os *media* privilegiam as "fontes oficiais" sobre as "fontes alternativas"; o anúncio de políticas públicas e os comunicados de imprensa governamentais são centrais nas notícias. A cobertura de riscos em situação de crise pode levar, contudo, à ultrapassagem do privilégio às fontes oficiais - crises e histórias de risco podem gerar tensões causadoras de rupturas na prática jornalística de rotina.

As fontes que expressem posições demasiado elaboradas ou que respondam "não sei" têm menos hipóteses de serem citadas do que as que expressem posições firmes. Ainda neste ponto, refira-se como os jornalistas preferem apresentar resultados de pesquisa que tenham conclusões *positivas* do que relatórios sem provas de risco; são excepções os relatórios sobre "segurança" ou "ausência de perigo", quando contrariam o senso comum, ou quando há razões para uma oposição às declarações de perigo vindas do governo.

A cobertura de riscos não é apenas uma questão de escolhas jornalísticas, mas também de recursos e de motivação dos "reivindicadores" para procurarem (ou responderem) à atenção dos *media*, como Beck faz ver. Por isso, a motivação das fontes é também uma área de pesquisa crucial, mas muitas vezes negligenciada.

Podemos ainda nomear outros factores que influenciam de forma geral a atenção dos *media* (KITZINGER e REILLY, 1997; KITZINGER, 1999):

- O conhecimento de jornalistas da matéria em causa é um factor influente: alguns jornalistas afastam-se de histórias que têm dificuldade de entender. Da mesma forma, há também que ver como as decisões de cobrir certos riscos serão influenciadas pelos mapas mentais dos jornalistas - decorrentes de crenças culturais e podendo não ser inteiramente racionais - e se enquadram a história como risco ou como acidente.

- As reportagens e notícias tendem a ser mais orientadas por eventos do que por problemáticas. Os riscos que se desenvolvem lenta e continuamente

têm menos hipótese de entrar no ciclo noticioso porque os jornalistas se preocupam com "as notícias do dia".

- Um dado "risco" será examinado por procedimentos editoriais estabilizados e burocratizados. A existência de fortes imagens visuais aumenta o interesse da televisão pelo risco. Neste aspecto, entra também a disponibilidade técnica dos meios para fazer as coberturas. As longas horas de directo que algumas catástrofes têm tido passa pela crescente facilidade de transmissão em directo, quer por parte dos satélites, quer por parte dos próprios dispositivos tecnológicos das televisões que são cada vez mais fáceis de manejar. Da mesma forma, a disponibilidade, dos cidadãos poderem registar imagens, de forma não-profissional, tem gerado um sem número de coberturas construídas a partir destas imagens do que alguns chamam o cidadão-jornalista.

- Uma atenção particular pode ser dada a um dado risco se houver uma identificação do repórter ou do editor com a ameaça. Dessa forma, a cobertura de riscos pode ser marcada pelas prioridades definidas pelos jornalistas e influenciadas por hierarquias de classe, de género, de etnia, e outras;

- Os momentos auto-referentes dos *media* apontam para o facto de que, uma vez determinada uma história sobre um determinado risco como tendo interesse jornalístico, outras começam a interessar-se por ele: há dinâmicas internas que influenciam a continuidade da atenção, fazendo que com as notícias se alimentem. Os jornalistas, ajudados pelas suas fontes, facilitam a criação de variações dentro do padrão; as secções editoriais e os formatos influenciam o espaço e a "capacidade de atenção" dispensado a um certo risco. O cansaço pode fazer com que uma história seja *old news*, apesar do risco continuar; haverá ainda de considerar a necessidade de acontecimentos reais servirem como ganchos de notícias.

Por fim, a referência fundamental para a compreensão dos processos mediáticos passa por prestar uma atenção particular aos enquadramentos das notícias, dualismo das questões, o uso de metáforas, frases que soam bem e outros símbolos de condensação, a presença de emblemas de assunto e meta-símbolos (THEMMEN et al., 1998).

Especialmente importante para esta abordagem é também o contributo de Robert Entman que considera conceptualmente os enquadramentos como "atributo da própria notícia" (1993:7), que influencia tanto os procedimentos da decisão política como a opinião pública. É o que Entman chama as "distorções da produção" (1989: 49), que "nascem da necessidade de fazer notícias que atraiam e retenham as "audiências de massa".

Os três grandes mecanismos que os jornalistas introduzem ao longo da produção das notícias são a

personalização, simbolização e a simplificação (ENTMAN, 1989: 49-50). Simplificação é método que os jornalistas usam para tomar as histórias mais fáceis de cobrir e para tornar as histórias mais fáceis de compreender pelo leitor. Para conseguir a maior audiência possível, a história tem de ser reduzida aos seus elementos mais básicos. A complexidade deve ser evitada. A *simbolização* refere-se à forma como os jornalistas usam uma história para ilustrar uma ideia mais vasta culturalmente familiar. David contra Goliath é um exemplo. Os poderosos contra os que não têm poder é outra. As histórias devem ser reduzidas a palavras, frases, slogans, gestos, objectos e acções dramáticas com que os leitores, ouvintes e espectadores se podem identificar. Em terceiro lugar, a *personalização*. As pessoas querem saber, sobretudo em casos de risco, o que acontece com as outras pessoas. As estatísticas, ainda que úteis do ponto de vista da sua 'objectividade' são secas e enfadonhas. Uma história sobre como uma pessoa que luta em condições adversas contra as forças da natureza ou dos homens é muito mais atractiva para o público em geral que um puro momento de política pública.

Excursão conclusivo

Começámos o nosso texto por pensar o cruzamento de conceitos como a sociedade de risco e a sociedade mediática. Para o primeiro, foram-nos especialmente importantes os contributos de Beck. Para a segunda, a vasta literatura sobre o funcionamento dos *media* deu-nos pistas importantes para compreendermos como os dois campos se cruzam.

Por fim, resta-nos tecer algumas breves conclusões sobre a forma como temos visto algumas situações de risco cobertas em Portugal, como os incêndios que têm assolado o país e os *media* nos últimos anos.

Os discursos mediáticos do risco, que parecem colocar a nossa vida e a dos jornalistas permanentemente "no arame", são capazes de uma reiventação infinita. Na verdade, os fenómenos ou situações apresentados como risco só podem ser apresentados em certas circunstâncias, sendo portanto provisórias. Daí, que os *media* possuam o poder de estruturar a percepção dos perigos e, na medida em que dão relevo a determinados elementos, têm também o potencial de distorcer algumas dessas visões. De facto, não existe nenhuma razão, a não ser deontológica, porque uma percepção de validade não possa ser fabricada para servir processos sociais, políticos e económicos mais vastos (MIDWELL, 2003).

Por outro lado, a sensação de catástrofe permanente é fortemente ampliada em momentos dramáticos que são servidos por lógicas próprias do

jornalismo. Como diz Carlos Ascencio (2002: 10), "as catástrofes contemporâneas são produtos da cultura de massas. Muito se disse de os meios de comunicação converterem a realidade num espectáculo pela forma como relatam os acontecimentos e apresentam a informação ao público. Não apenas se trata de uma mediação de interpretações (dar conta do que acontece) mas além de uma mediação de formatos (modalidades na apresentação da informação). Em muitas ocasiões, o simples formato de apresentação substitui o conteúdo da informação, quer dizer, por vezes, na percepção dos receptores uma notícia tem valor não tanto pelo que diz mas pela forma de dizer e também pelo lugar (canal) por onde se apresentou a informação". Essa permanência da catástrofe pode mesmo ser rotinizada. Como dizia Thomas Fischer, jornalista da televisão alemã ZDF a propósito dos incêndios em Portugal "Fala-se na época de incêndios como se fala na época da caça ou na época de saldos. É uma normalidade perversa"².

Existe certamente quem veja potenciais positivos na forma como as televisões tratam determinadas catástrofes oferecendo reconforto aos seus espectadores (SANTO, 2006). Uma análise das audiências pode bem revelar ter sido esse caso, ainda que seja muito complexo estabelecer relações de causalidade. De qualquer forma, seria bom que esse tivesse sido o pacto de leitura estabelecido com os espectadores. A questão está, afinal, no enquadramento privilegiado.

Se os *media* assumem claramente que, mais do que informar, vão entreter ou reconfortar, se os enquadramentos forem sobretudo a personalização, simbolização e a simplificação, é bem possível que, em situações de um enorme sentido de sofrimento e de fragilidade, as televisões possam desempenhar um papel que não lhes deveria primordialmente caber. No espaço simbólico não só tem relevância o que acontece, como a reconstrução narrativa do que acontece. Ainda que estes elementos não sejam mutuamente exclusivos, é uma decisão deontológica aquela que o *medium* privilegia. Mas, mais do que uma decisão deontológica, talvez em tempos de risco esse seja também um risco economicamente calculado por parte dos *media*.

Bibliografia

- ASCENCIO, Carlos Lozano (2002) - "Del riesgo global a las catástrofes", Comunicação apresentada ao VII Congreso Iberoamericano de Comunicación (IBERCOM), Porto, Novembro de 2002.
- AJIN, S. (2002) - *Media, Risk and Science*, Buckingham: Open University Press.
- BECK, Ulrich (1992) - *Risk Society - Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- BECK, Ulrich (1995) - *Ecological Politics in an age of Risk*, Londres: Politypress.
- BECK, Ulrich (1999) - *World Risk Society*. Londres: Polity Press.
- Gil Calvo, Enrique (2003) - *El miedo es el mensaje. Riesgo, incertidumbre y medios de Comunicación*. Alianza, Madrid.
- COBB, Roger W. e PRIMO, David M. (2003) - *The Plane Truth: airline crashes, the media, and transportation policy*, Washington: The Brookings Institution.
- COOTE, Simon (1998) - "Ulrich Beck, 'Risk Society' and the Media. A Catastrophic View?", *European Journal of Communication*, Vol. 13 (1) : 5-32.
- ENMAN, R. (1989) - *Democracy without citizens*, New York: Oxford University Press.
- FREIDBERG, W.; COLE, C. L.; GONZALE, J., HELGAND, C. (1996) - "Media coverage of hazard events: analyzing assumptions", *Risk Analysis* 16, 1, 31-42.
- HEIKK-JONES, T. (2004) "Editorial: Experts in risk? ...do they exist?", *Health, Risk & Society*, 6 (2), 107-114.
- IRWIN, A.; SIMMONS, P.; WALKER, G. (1999) - "Faulty Environments and Risk Reasoning: The Local Understanding of Industrial Hazards", *Environment and Planning A* 31, 1311-26.
- KRIZNER, J. (1999) - "Researching Risk and the Media", *Health, Risk and Society*, 1(1), 55-69.
- KRIZNER, J., & Reilly, J. (1997/2002) - *Ascensão e Queda de Notícias de Risco*, Coimbra.
- LIFTON, Deborah (1999) - *Risk*, London; New York: Routledge.

² In *Diário de Notícias* - 25.08.05

- MCNEED, Myra - (2003) *Exploring Media Discourse*. Arnold, London.
- MROCK, G.; PETS, J.; HRLICK-JONES, T. (2003) - "After amplification: rethinking the role of the media in risk communication" In: Pidgeon, Nick, Kaspersen, Roger E., Slovic, Paul (eds.), *The Social Amplification of Risk*. Cambridge University Press, 156-178.
- PATTERSON, P. (1989) - "Reporting Chernobyl: Cutting the government fog to cover the nuclear cloud" In Walters, L.M., Wilkins, L., & Walters, T. (Eds.), *Bad tidings: Communication and catastrophe* (pp. xi-xv). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- RIBE, Cristina (2006) - "Notícias sobre crianças, risco e ansiedade social", manuscrito.
- REN, O.; BURS, W. J.; KASPERSEN, J. X.; KASPERSEN, R. E.; SLOVIC, P. (1992) - "The Social Amplification of Risk: Theoretical Foundations and Empirical Applications", *Journal of Social Issues*, 48, 4, 137-160.
- SANTO, Daniela (2006) - *O Reconforto da Televisão - Uma Visão Diferente sobre a Tragédia de Entre-os-Rios*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- SMITH C. (1992), *Media and Apocalypse: news coverage of the Yellowstone Forest Fires, Exxon Valdez Oil Spill and Loma Prieta Earthquake*, Westport: Greenwood.
- TERKILDSEN, N.; SHWEL, F. and LING, C. (1998) - "Interest groups, the media, and policy debate formation: an analysis of message structure, rhetoric, and source cues", *Political Communication*, 15, 45-61.
- TILGH, John (2000) - "Landscapes of fear! Public places, fear of crime and the media", In: Allan, Stuart, Adam, Barbara, Carter, Cynthia, *Environmental Risks and the Media*. Routledge: London; New York, 184-197.
- TULLOCH, John; LUFFON, Deborah (2003) - *Risk and everyday Life*, London: Sage Publications.
- WILKINSON, Iain (2001) - "Social Theories of Risk Perception: At Once Indispensable and Insufficient", *Current Sociology* 49, 1, 1-22.
- WILSON, Kris M. (2000) - "Communicating climate change through the media. Predictions, politics and perceptions of risk", Allan, Stuart, Adam, Barbara, Carter, Cynthia, *Environmental Risks and the Media*. Routledge: London; New York, 201-217.
- WIMMER, Jeffrey and THORSIN, Quandt (2006) - "Living In The Risk Society. An interview with Ulrich Beck", *Journalism Studies*, Vol. 7, No 2, 2006.
- ZINN, Jens O. (2004) - "Literature Review: Sociology and Risk", Social Contexts and Responses to Risk Network (SCARR), Working Paper, 2004/1.